

INTEGRAÇÃO ENTRE OS CURSOS DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO

CASA DAS MULHERES: um estudo de atuação interdisciplinar no município de Viçosa (MG)

Autores: Amanda Ribeiro Braga, Hillary Lopes Oliveira, Julia de Castro Moitinho, Lhya Assad Teperino, Lorraine Bastos Silva, Maisa Glicério Rodrigues, Maria Luiza de

Lima Campos, Késia Silva Tosta.

ODS: 5 (Igualdade de Gênero)

Categoria: Extensão

Introdução

Diante do cenário de violência doméstica contra a mulher no Brasil, o presente trabalho analisa a atuação interdisciplinar entre os cursos de Direito e Serviço Social na execução do Programa de Extensão Casa das Mulheres, em Viçosa (MG). A iniciativa surge como resposta à carência de serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência e se estrutura a partir da articulação entre universidade, poder público e sociedade civil, visando a promoção da cidadania, do acesso à justiça e da autonomia feminina.

Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

A atuação conjunta permite uma abordagem integral da mulher, que vai além das demandas judiciais, abarcando sua realidade socioeconômica e familiar. Como resultados, o estudo identifica impactos concretos no fortalecimento da rede de atendimento local, visibilidade institucional do Programa, articulação entre os atores da política pública e a mobilização da sociedade civil, evidenciada, por exemplo, na organização da 2ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres (2025). Outro destaque é a consolidação do Protocolo Municipal e da atuação contínua da Casa das Mulheres como referência regional em acolhimento e orientação.

Objetivos

O objetivo central do estudo é compreender de que forma a integração entre essas duas áreas do conhecimento potencializa a efetividade das ações de enfrentamento à violência de gênero no contexto municipal.

Conclusões

Conclui-se que a experiência do Programa Casa das Mulheres demonstra a relevância da interdisciplinaridade para a construção de políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher. A parceria entre Direito e Serviço Social, ao unir técnica jurídica e análise crítica da realidade social, se mostra potente na garantia de direitos e na promoção da autonomia das assistidas. O fortalecimento de iniciativas como essa e sua expansão para outros territórios são caminhos essenciais para consolidar políticas sustentáveis de equidade de gênero, em conformidade com a Lei Maria da Penha e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Bibliografia

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. 2022.

DATASENADO. DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica. 2023.

AMANCIO, Geisa Rafaela; FRAGA, Thaís Lima; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Análise da efetividade da Lei Maria da Penha e dos Conselhos Municipais da Mulher no combate à violência doméstica e familiar no Brasil. *Textos & Contextos*, 2016.

VIÇOSA (MG). Protocolo municipal de atenção às mulheres em situação de violência. Viçosa: Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero – UFV, 2015.

Apoio Financeiro